

# Reflexões sobre o corpo e o consumo na sociedade contemporânea<sup>1</sup>

Reflections on the body and the consumption in the contemporary society

---

Diogo Teixeira<sup>2</sup>  
Leonardo Pinto de Almeida<sup>3</sup>  
UFF

**Resumo:** A partir das reflexões de Foucault, Deleuze e Lazzarato sobre o capitalismo atual, discorremos sobre o poder e a subjetividade. Nossa análise tem como foco principal as relações estabelecidas entre o corpo, a saúde, a felicidade e o consumo. Visualizamos a existência de uma alteração nos modos de conceber o que é ser feliz atualmente, sendo que esse modo está intrinsecamente ligado às noções de corpo e de saúde. Nos dias de hoje, o corpo é o novo *locus* da felicidade. Analisamos também o papel do discurso proveniente do marketing e da empresa que através dos veículos midiáticos sustentam este processo de subjetivação.

**Palavras-chave:** Felicidade, corpo, mídia.

**Abstract:** From the reflections of Foucault, Deleuze and Lazzarato about current capitalism, we talk about the power and subjectivity. Our analysis has as its main focus the relations established between the body, health, happiness and consumption. We visualize the existence of a change in the design what it is like to be happy now, being that this is intrinsically linked to notions of body and health. Nowadays, the body is the new locus of happiness. We also analyze the role of speech from the marketing and the company through the media vehicles support this process of subjectivation.

**Keywords:** Happiness, body, media.

O presente artigo tem como objetivo analisar as relações entre o cuidado com o próprio corpo e a noção de bem-estar na atualidade. Nesta nova configuração, a busca do bem-estar subjetivo (sinônimo para a nova corrida pela felicidade) se relaciona com um cuidado com o corpo, tal como realça Gilles Lipovestky, (2007), em seu livro *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*.

O consumo aponta para a aquisição de objetos ou produtos de forma constante ou até desenfreada. Lipovetsky (2007) relata que, na medida em que nossas sociedades enriquecem, surgem novas e incessantes formas de consumir. Em uma época de abundância, mesmo que seja possível apenas para uma determinada parte da população, há um alargamento das esferas de satisfações desejadas e uma incapacidade de eliminar

---

<sup>1</sup> Apoio e Financiamento: CAPES

<sup>2</sup> Psicólogo. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: [t\\_diogo21@yahoo.com.br](mailto:t_diogo21@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor do curso de Psicologia do PUCG/UFF e Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: [leonardo.p.almeida@gmail.com](mailto:leonardo.p.almeida@gmail.com)

os apetites de consumo. Durante o período de 1960 e 1970, presenciamos teóricos explicando o consumo por uma lógica de diferenciação social, eliminando o caráter de uma possível ideologia das necessidades (Lipovestky, 2007). Assim, este campo é marcado pelas exigências de prestígio, de reconhecimento, de *status* e de integração social. Na lógica da posição e das competições por *status*, o objeto não é nada atrativo por si mesmo, sendo apenas uma corrida de bens materiais em uma luta simbólica pela obtenção de signos diferenciais e pela tentativa de ascensão entre classes sociais.

No contemporâneo, a dinâmica consumidora se mantém no valor de uso dos objetos e simultaneamente a um crescimento dos referenciais de conforto, de prazer e de lazer como objetivos integrantes ao comportamento da população. A compra de uma televisão, de um cruzeiro ou até uma ida a praia não é explicada pelo modelo da distinção social. Desde o período dos anos 1950 e 1960 já existiam práticas e discursos exaltando os ideais de felicidade privada e os lazeres, veiculados pelos meios midiáticos e pela publicidade, favorecendo um consumo menos sujeitado ao primado do julgamento do outro (Lipovestky, 2007).

Cada vez mais a prática do consumo é afirmado e confirmado pelas finalidades em si, em que o culto do bem-estar é marcado por um decréscimo da lógica de compra excessiva de objetos e a promoção de um modelo de consumo de tipo individualista. No entanto, verifica-se uma combinação de duas lógicas heterogêneas – a corrida à ascensão social e aos prazeres – revelando uma difusão de bens duráveis industriais com um grande regime de dispêndios para um hedonismo.

Deste modo é necessário afirmar que vivemos em uma nova fase histórica do consumo com uma extrema diversificação da oferta, da democratização do conforto e dos lazeres. Além destes termos, observamos um panorama econômico e político sob uma desagregação das regulações de classes, com acesso a novidades mercantis e um maior investimento na qualidade de vida, de comunicação e de saúde pautado nas diferentes propostas de ofertas aos indivíduos. Estes produtos e serviços apresentam critérios por suas finalidades, por gostos e por critérios individuais, eliminando certo particularismo de um agrupamento social.

Nesta dinâmica, percebemos como dominante as motivações privadas diante as finalidades distintivas, aonde não queremos mais objetos para exibir, “para viver” ou informar a posição social, diante a satisfações corporais e emocionais. Desta forma, a aquisição de serviços ou produtos tem correlação direta com o corpo, tanto no seu aspecto sensorial e estético, quanto nos vínculos afetivos como meio e fim a ser atingindo ou margeado.

O apogeu da mercadoria não é o primordial, mas apenas o valor experiencial ou seu funcionamento está atrelado a um conjunto de serviços para o indivíduo. Refuta-se a ideia de que o consumo é para ser filiado a um grupo ou para criar um distanciamento social. Atualmente, existe uma busca das felicidades privadas, a otimização dos recursos corporais e relacionais, a saúde ilimitada e a conquista de espaços-tempos personalizados. Dessa forma, o movimento ruma ao infinito, em uma tentativa de saciar uma falta constitutiva, reafirmando um ciclo de querer “sempre mais” e com a possibilidade de migrar para diversos campos ou serviços.

Lipovetsky (2007) nomeia este modo de funcionamento como consumo emocional. Método utilizado por teóricos e atores do marketing com o objetivo de organizar e de incitar os processos com os quais os consumidores vivenciam experiências afetivas, imaginárias e sensoriais. Esse marketing sensorial ou experiencial foge dos parâmetros da publicidade tradicional que valoriza argumentos racionais e a dimensão funcional dos produtos, enquanto a “nova” publicidade utiliza a sensorialidade e a afetividade, além das raízes ou da nostalgia (retrô-marketing) (Lipovetsky, 2007). As lojas estimulam os sentidos a partir da ambiência sonora, de cenografias e da difusão de odores.

Em consonância com esta mercantilização dos sentidos, vemos uma exemplificação do declínio do consumo pelo prestígio através da evolução das demandas e dos comportamentos em relação à saúde. Os bens de consumo integram cada vez mais a dimensão da saúde por alimentos, turismo, moradia e cosméticos. Vemos uma vigilância higienista de si, com modos hipocondríacos, o combate médico às doenças e aos fatores de risco, reafirmando uma busca de otimização de saúde pela autovigilância e pelas práticas tecnocientíficas.

Lipovetsky (2007) afirma que vivenciamos um modo dogmático sobre uma angústia crescente de cuidados a saúde através de obtenção de informação por consultas médicas, fiscalização de produtos, gerenciamento de riscos, correção de hábitos de nossa vida, retardamento de efeitos da idade e eficiência verificada por revisão. Mesmo com este foco sobre o organismo e as suas implicações, o consumo não elimina a insegurança ou a ansiedade constante sobre uma possível fatalidade ou até a redução da vida.

O corpo, tal como entendemos hoje em dia, deriva-se das questões levantadas por John Locke em relação à busca da felicidade, atrelando este ao uso dos prazeres. O caminho para a felicidade não possuía mais o céu como o *locus* único e o modo cristão de sofrer para assegurar a graça divina. Mas qual caminho seguir, então? Locke descreve (1690/1997), no *Ensaio acerca do entendimento humano*, que a inquietação opera na vontade e a determina em sua escolha. Sendo que a inquietação é invariavelmente acompanhada pelo desejo, assim quando sofremos a inquietação da dor, desejamos ser aliviados dela. Quando sofremos pela ausência de algum bem, desejamos o prazer de sua obtenção. Logo, a vontade se apresenta como uma energia cinética que se envolve para uma modificação do estado, uma mudança.

Em último caso, tal como afirma McMahon (2006), a felicidade e a dor são as duas forças motoras da ação humana, os grandes motores do desejo humano. No entanto, Locke não elimina a existência divina, já que o criador está localizado em um dos extremos da escala de felicidade, determinando a distância dela em relação à desgraça da perdição eterna. O filósofo afirma que, qualitativamente, a felicidade mundana é constituída do mesmo tipo dos prazeres do paraíso.

No universo, equacionado pela teoria de John Locke, o prazer é providencial, necessário. Contudo, não existe uma forma compulsiva ou acumulativa de obter-se o prazer. Mas se Deus havia feito o prazer e a dor como molas propulsoras da nossa vontade, devemos utilizar estes itens mediante a nossa liberdade e a nossa razão para discriminar o que é a dor verdadeira e o que é prazer verdadeiro. Assim, a busca pela

felicidade decorre de um cálculo dos prazeres e das dores, tendo a prudência de observar as ilusões efêmeras mediante os desvios dos costumes, da moda, de maus hábitos ou do julgamento equivocado.

Esta aposta política questiona as concepções de felicidade dos gregos, ligadas à morte, e dos cristãos, associadas ao sacrifício e à vida depois da morte (McMahon, 2006). Esta questão reverbera no segundo livro da trilogia “*História da Sexualidade*” de Michel Foucault (1985): *o uso dos prazeres*.

Podemos observar que inicialmente a incidência do poder não era organizada por mecanismos atrelados ao corpo, em seu substrato físico individual e coletivo (espécie), mas como objeto final de atenção e de controle do comportamento humano (Foucault, 2010). Consequentemente, a felicidade no campo social associava-se ao aumento da riqueza e do controle social.

Este recorte delimitou o surgimento do controle sobre os corpos que concentra nos detalhes, através de uma coerção, de uma modulação dos gestos e dos movimentos. O poder da técnica disciplinar, surgida no final do século XVII e início do XVIII, tem como alvo a atuação sobre os corpos, os elementos que supostamente causavam problemas para o funcionamento social. Este novo objeto de controle é organizado por sua eficácia, tendo em vista sempre a força utilizada em um movimento e não o resultado de um comportamento ou gesto.

Michel Foucault (1988), no livro *A vontade de saber*, aponta a existência de um discurso, surgido no final do século XX, em que o sexo, a revelação da verdade, uma nova constituição da lei do mundo, as práticas econômicas e a promessa de uma certa felicidade estão interligados entre si. Um exemplo deste discurso se apresenta no comercial de um jornal impresso sob a relação de que uma vida sexual satisfatória é o segundo fator mais importante na qualidade de vida do ser humano: *sexo é vida, Boston Medical Group*. Este slogan publicitário nos apresenta uma relação que a sexualidade humana se mostra como um elemento constitutivo do bem-estar, logo da felicidade. Devemos fazer a ressalva sobre a pesquisa científica para organizar e delimitar os itens constitutivos da felicidade humana no contemporâneo. A área da medicina produziu um conhecimento a respeito da sexualidade saudável, logo um discurso da felicidade. Esta posição deriva diretamente da preocupação sobre a vida imposta por uma tecnologia de poder, surgida no final do século XVIII, que tem seu foco na população, chamada por Foucault (1999) de biopoder.

O ponto de maior importância neste discurso é o corpo como não sendo um lugar só da incidência do poder disciplinar, um meio de normatizar e vigiar o ser humano perante o seu atributo físico, mas na própria relação do corpo com a sua organicidade. Foucault (1988) utiliza o discurso sobre a sexualidade como um campo de enunciados que descrevem as práticas econômicas, a produção de saberes e o dispositivo sobre o corpo do indivíduo (disciplina) e da população (biopolítica).

A partir do século XVII, visualizamos uma proliferação discursiva em torno e a propósito do sexo, tendo uma depuração do vocabulário autorizado. No próprio campo do exercício de poder, se manteve uma incitação institucional a falar do sexo, a falar dele sob a forma explícita e com uma grande riqueza de detalhes. Um exemplo desta estimulação é a confissão na Idade Média, o qual acreditava que para este ato ser

completo necessitava do relato da posição respectiva dos parceiros, atitudes tomadas, gestos, toques e o momento exato do prazer; retomando um exame minucioso do ato sexual em sua execução. Mesmo com a discrição do relato, existe uma expansão da confissão da carne, especificamente, no momento da Contra Reforma nos países católicos. Atribuiu-se um valor maior sobre as penitências, derivadas do corpo e da alma, mas especificamente sobre o sexo.

Neste momento, existe um deslocamento da origem de todos os pecados para o corpo, pois é um mal que atinge a todos os homens. Neste ponto, Foucault (1988) afirma que pela primeira vez no Ocidente moderno observa-se uma tarefa infinita de dizer tudo o que possa se relacionar com o jogo dos prazeres, sensações e pensamentos, em uma afinidade com o sexo. Durante o século XVII, houve uma colocação do sexo em discurso e tornou-se uma regra para todos, um ponto ideal para todo bom cristão.

Com esta publicização dos prazeres, podemos observar o nascimento durante o século XVIII de uma incitação política, econômica e técnica sobre esta questão (Foucault, 1988). Formulando um discurso que não seria unicamente o da moral, mas também o da racionalidade. Cria-se a necessidade de falar do sexo, de forma pública. Cumpre-se a tarefa de enunciá-lo como uma coisa que não se deve simplesmente tolerar ou condenar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, além de regular para o bem de todos segundo um padrão.

A administração do sexo deve ser assumida por discursos analíticos, inclusive se tornando uma questão de uma majoração ordenada das forças coletivas e individuais. Tendo a capacidade de fortalecer e de aumentar os regulamentos da potência do interior do Estado e em cada um dos membros desta sociedade com a finalidade de servir à felicidade pública. Assim, verifica-se a necessidade de uma regulação do sexo por meio de discursos úteis e públicos.

Esta normatização do sexo está intimamente relacionada com uma sociedade que afirma o seu futuro e a sua prosperidade financeira associada não somente ao número e à virtude dos cidadãos, mas também à maneira como cada qual usa seu sexo. A conduta sexual da população é tomada como objeto de análise e alvo de interesse, nos limites entre o biológico e econômico (Foucault, 1988). Essa relação apresentada pelo discurso da sexualidade é de extrema importância, sob o pano de fundo da tecnologia política da vida. De um lado, as disciplinas do corpo sustentam os mecanismos de regulação da economia das energias, a intensificação e a distribuição das forças e do adestramento do ser humano. De outro lado, existe uma administração das populações e seus efeitos globais. Contudo, este objeto em destaque apenas se configurou como tal perante as modificações entre as artes de governar, as relações entre morte e vida e o direito.

Durante a sociedade de soberania, a vida não era um elemento de grande investimento ou de um cuidado instaurado por alguma política pública, tal como vemos nos Estados Modernos. Inclusive é necessário uma prudência em visualizar o problema da vida e de sua estimulação, no controle estatal ou de outras instituições de assistência, como um elemento não-naturalizado, mas construído historicamente. Visualizamos este novo direito e dever da saúde (ou da vida) na Constituição Federal Brasileira de 1988, descrita no artigo 196: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de

outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Brasil, 1988).

A descrição se apresenta como um processo de objetivação e de sujeição. Nesta constituição do esquadramento do indivíduo nas instituições de ensino, hospitalares e dentre outras, o mecanismo de poder homogeneiza e, simultaneamente, individualiza o sujeito. A consequência de obter estes blocos lisos, cheios de informações e de medidas sobre o homem, é a condição de comparar e de criar dados sobre uma população. Neste novo conceito, o homem é visto não como um elemento singular, mas participante da população. Objeto que permite estudar, visualizar, descrever e até estimar os desvios das normas.

A disciplina produziu uma distribuição dos indivíduos no espaço. A separação do espaço ocorre entre as superfícies heterogêneas com a monotonia da disciplina, tendo como exemplo a primazia das fronteiras. O colégio, as fábricas e os quartéis eram locais de grande concentração de corpos, porém como evitar a excitação e as influências neste contato dos corpos? Para isso, toda instituição deste tipo havia uma ordenação, uma delimitação que se iniciava pelo esquadramento do espaço, formando um espaço homogêneo. O ingresso neste espaço limpo e organizado era marcado pela existência de um guardião, um elemento de limitação sobre os corpos. Nestas localidades, o cuidado com o tempo e o próprio espaço é orientado para um maior uso e da expropriação da mão de obra.

A restrição do espaço é um dos elementos centrais do funcionamento da anátomo-política, tendo como característica a divisão, o efeito da repartição do número de elementos ou dos corpos. Esta atitude visa evitar um descontrole, uma circulação difusa ou um agrupamento inutilizável e perigoso. O procedimento tem como função organizar e estabelecer a presença e a ausência, mantendo uma comunicação e uma visibilidade (vigilância) a cada instante sobre os comportamentos, os gestos e os movimentos. Este esquadramento do espaço analítico pode ser observado num procedimento arquitetural e religioso, com as celas dos conventos.

A arquitetura dos espaços disciplinares os codifica para ser um local determinado para vigiar, evitando comunicações perigosas e também criando um espaço útil (Foucault, 2010). Tanto no hospital como nos portos houve uma modificação do espaço ante o roubo de cargas, doenças, contágios, problemas administrativos, etc. Em ambos, houve a necessidade de distribuir e dividir o espaço com rigor, recaindo essa ação sobre os objetos e os homens. Nessa ação, observa-se que a vigilância fiscal e econômica precedeu as técnicas de observação médica nos portos (Foucault, 2010). Nas instituições hospitalares, foi criado um sistema de contagem para ter o número real dos doentes, sua identidade e a unidade de origem de tratamento. O procedimento ocorria registrando as idas e as vindas dos pacientes, o leito possui um nome, os pacientes são obrigados a ficar nas salas demarcadas e o médico deve verificar estas informações durante a visita ao enfermo (Foucault, 2010).

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que exige uma visibilidade, um jogo de olhares. O ato de olhar induz um efeito de poder que simultaneamente produz uma clareza e uma exacerbação dos meios de coerção aplicados aos sujeitos. Nestes locais, o jogo de vigilância se basearia em uma ideia de exatidão. Inclusive, a

arquitetura destes novos espaços de vigilância é constituída para um controle interno, tornar mais visível os sujeitos que nela se encontram.

Em oficinas e fábricas, a organização diante a vigilância estava se sofisticando como no processo de produção. O olhar disciplinar não recai, como antigamente, pelos inspetores ao afirmar os regulamentos, mas sua ação é dirigida ao processo inteiro da fábrica. O controle é contínuo e intenso, recaindo sobre a produção e sobre as atividades dos homens.

A vigilância é uma peça interna ao aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar, interligados, múltiplo, automático e anônimo. Neste movimento, existe uma rede estruturante do conjunto, logo os efeitos de poder se apoiam uns aos outros.

A nova tecnologia (biopolítica) se dirige à multiplicidade dos homens, enquanto massa global, afetada por processos inerentes à vida, tais como a morte, a reprodução e a doença. Depois de uma individualização do homem concomitante a técnica da disciplina, por sua vez a nova técnica instaura uma massificação. Foucault (1988) nomeou estas séries de intervenções e de controles reguladores como uma bio-política da população. Tanto as disciplinas do corpo como as regulações das populações constituem as duas tecnologias de poder sobre a vida. Assim, o poder investe sobre a vida, invertendo a fórmula da soberania. O novo sistema de poder, entendido pelo nome de sociedade de normalização, afirma a vida com a fórmula “Fazer viver ou deixar morrer”.

Este diagrama social engessa a multiplicidade dos possíveis e organiza uma modalidade da realidade que evita a contradição, as disparidades, impondo uma nova ordem. Assim, a disciplina e o biopoder operam uma repressão da potência de diferenciação, de transformação. Os corpos são os pontos de incidência destes poderes que no ato de docilização dos indivíduos são impedidos de qualquer possibilidade de variação ou de bifurcação.

Desde o final do século XVI e começo do século XVII, todas as nações europeias obtiveram certo cuidado com o estado de saúde de sua população nos âmbitos político, econômico e científico (polícia médica); uma marca característica do mercantilismo. O mercantilismo não era só uma teoria econômica, mas também uma prática política que controlava os fluxos monetários entre nações, os fluxos das mercadorias correlatos e a atividade produtiva da população. A atenção à produção da população, a quantidade da população ativa e a produção de cada indivíduo ativo economicamente, visava o controle sobre os fluxos comerciais perante o Estado. Isso resultou em um maior acúmulo de renda (de moedas, especificamente), mantendo a força real (do Exército) de um Estado perante os outros.

Na França, se estabeleceram estatísticas de natalidade e de mortalidade, e na Inglaterra, as grandes contabilidades sobre a população surgiram no século XVII. Porém, este cuidado a primeira vista de um Estado não implicava intervenções médicas ou sanitárias, mas apenas uma observação sobre o aumento populacional, o índice de saúde da população. No entanto, na Alemanha, desenvolvem-se práticas médicas centradas na melhoria do nível de saúde da população, com a noção de polícia médica criada por W.T.Rau em 1764.

A polícia médica consiste em um sistema complexo de morbidade, fugindo de uma simples contabilidade da taxa de nascimento e mortalidade. Os registros e a contabilidade das taxas de morbidade eram instituídos pelos médicos e pelos hospitais, tendo em vista certa regionalização da amostra. Isso possibilitou a realização de investigações sobre os múltiplos fenômenos epidêmicos ou endêmicos.

No contemporâneo, o capitalismo não visa, unicamente, aprisionar e disciplinar quaisquer subjetividades já que seus próprios elementos romperam este regime de espaços fechados. O que ocorre é uma organização perante uma modulação destas potências em espaços abertos. Deleuze (2006) afirma que as sociedades de controle se organizam em uma lógica contrária a do aprisionamento e da descontinuidade institucional da sociedade disciplinar.

Deleuze (2006) afirma que após o período da Segunda Guerra mundial, as sociedades disciplinares e as suas instituições de confinamento se encontram em crise, provocando algumas intervenções estatais para uma reformulação das mesmas. No entanto, esta relação de poder se apresenta em uma escala numérica, sem interrupções entre as diversas instituições constituintes na realidade. Mediante esta formatação, não existe um molde, uma referência fixa sobre o ato de formatação do indivíduo, mas um processo de autocriação dos poderes de controle. Logo, a felicidade se instaura neste movimento, pois não existe uma restrição ou uma meta a ser atingida, mas apenas um movimento intermitente na procura de alcançar determinados objetos.

Na sociedade disciplinar, a felicidade se localizou em um determinado momento no trabalho e no uso dos prazeres. Contudo, na sociedade de controle existe uma integração de uma diversidade de objetos ou metas para alcançar a felicidade, tais como: a performance sexual, o ritmo empresarial da vida e o corpo do esportista.

Lazzarato (2006) descreve as relações de controle perante o surgimento de um novo modo de organização social, o público. Neste modo, a vigilância e a incidência dos mecanismos de poder não individualizam e massificam, mas operam uma relação pontual e singular. Contudo, há uma massificação dos modos de operar um contágio, de manter uma comunicação entre as subjetividades nos espaços abertos.

Gabriel Tarde (1992) descreve o conceito de público como uma coletividade puramente espiritual, tendo uma disseminação e um contágio meramente mental, com uma separação espacial. O fator importante para a instauração e a gênese do público é a invenção da imprensa.

É importante frisarmos os alvos principais de cada tecnologia de poder, anunciados por Foucault e Deleuze: a sociedade de soberania tem como foco os súditos, a disciplina se debruça sobre os corpos visando sua docilização para a manutenção de uma mão de obra, a biopolítica tem sua análise direcionada à população, enquanto a sociedade de controle direciona suas análises sobre o controle à distância do público.

A distância entre os seres propõe uma relação social atrelada ao espírito, já que, nas sociedades modernas, os indivíduos se afastam de tal modo que o contato físico ou espacial não se configura como um modo primordial de conexão. Tarde (1992) afirma que ainda existem relações que se constituem por contatos físicos entre os seres, no entanto, o poder de sugestão entre estes mesmos homens não vem de uma instância superior a eles. Esta sugestão mútua é originada em um sentimento ou em uma sensação

de compartilhar um mesmo ato entre os diversos homens, tendo como exemplo o ato de ler o jornal diário.

O importante da instauração da imprensa é a constituição de um novo agrupamento social no contemporâneo, especificamente, em relação ao controle em espaços abertos. Inclusive, nestas mesmas formas de agrupamento, há uma diferenciação entre os principais conceitos sociológicos de classes, pois se pode pertencer a diversos públicos. Logo, nesta relação existe a manutenção de um aparente paradoxo ou até de uma “incoerência” entre as práticas e as crenças exercidas no campo social. Assim, a felicidade torna-se múltipla, e não mais una, permitindo aparentemente uma liberdade de expressão e de criação.

Tarde (1992) descreve uma relação de mútua adaptação entre os publicistas e o público. Um sujeito leitor ou “vinculado” a alguma mídia possui a capacidade de refletir sobre o que está observando neste veículo. Assim, o público reage perante os jornalistas e o publicista observa estas escolhas através de meios estatísticos, dentre outros elementos para modificar a sua produção.

Nesta dupla seleção ou adaptação, o conhecimento obtido nesta interação público-publicista fundamenta uma homogeneização deste agrupamento social, pois o autor conhece os seus leitores e o permite agir com mais força e segurança. Logo, verifica-se no contemporâneo uma composição de uma relação homogeneizada, produzindo mundos lisos. Nesta concepção de mundo, poderíamos argumentar que constituiriam numa visão comercial, econômica das relações entre os homens.

As sociedades de controle se exercem perante a diferenciação e a integração de novas forças e de novas relações, sendo exemplificadas nas percepções coletivas e nas ações a distância. Esta capacidade de afetar e ser afetado é realizada pelos dispositivos midiáticos, tendo um suporte da tecnologia da informação. Neste novo campo das tecnologias de poder e de saber, há um controle do processo de constituição do mundo social através do acontecimento e de suas efetuações no corpo. Logo, a experiência da felicidade no contemporâneo é atravessada pelo saber-poder dos veículos midiáticos, tendo como *locus* de efetuação e de meta o corpo.

A noção de acontecimento é constituída em uma outra relação temporal, pois não significa uma relação de um evento diferenciado do cotidiano ou ainda de um marco no presente. Deleuze (1974) afirma que o acontecimento não pressupõe protagonistas ou criadores deste movimento. Ele não é uma caracterização de uma coletivização ou de uma outra instância, sendo neutro e impessoal, coletivo e privado. Neste ponto, o acontecimento perpassa pelo sujeito e se localiza no sujeito, porém não é aprisionado ou criado pelo indivíduo.

Esta aspiração, descrita como um incorporeal, poderia ser interpretada como um ato divino ou de uma instância que organizaria a vida, tal como ocorria com a felicidade na Grécia Antiga, mantida ou retirada pelos Deuses. A existência prévia do acontecimento, não nos garante uma tentativa de moralizar ou afirmar as suas consequências num aspecto moral.

O público se encontra organizado diante do acontecimento. Ele não apresenta diferenças entre esferas, eliminando a concepção do sujeito como base do pensamento. Assim, a concepção de mundo é embasada não por uma antropomorfização, mas por

uma cosmologia, já que cada individuação não é superior e nem é anterior à natureza. Necessita-se de outras individuações que a precedem, além de que este mesmo processo é integrado e incorporado pelos mesmos “indivíduos”.

Tarde (2007) analisa o abismo entre duas entidades: a matéria e o espírito, o indivíduo e o coletivo através de múltiplos agentes. Ele supõe uma homogeneização do ser e de uma descontinuidade dos elementos, pelo meio da força constitutiva do mundo sustentada pelo jogo das mônadas. Na neomonadologia tardiana, todos os elementos, diferenciados entre si, são constituídos por elementos infinitesimais, em que há uma diferenciação qualitativa entre os mesmos. O finito número de elementos ou de fenômenos constitui variações, mudanças operadas e as ações referentes aos objetos são compostas por estes pequenos seres.

As mônadas não são caracterizadas como objetos ou indivíduos, mas como elementos capacitados de uma própria potência de invenção e de resistência, fundamentando a eliminação das oposições binárias (sujeito/objeto, natureza/cultura, alma/corpo, indivíduo/sociedade) que represam as potências e as virtualidades. A sua atividade é concebida como criação e efetuação de mundos, através da lógica do acontecimento já que estas são, ao mesmo tempo, singulares e múltiplas. Podemos afirmar que o social está virtualmente incluído no indivíduo e este próprio social será manifestado através de um ponto particular, singular (Tarde, 2007).

O modo de existência das mônadas é marcado pela sua diferenciação, constituindo singularidades irreduzíveis, mas não substancializadas. O que dá o estatuto de sua existência é o ato diferir (Lazzarato, 2006).

A força de agir de uma mônada é baseada na potência da ação à distância de uma mente sobre outra mente. Estas modalidades de ação só podem ser apreendidas a partir da relação que o virtual mantém com o atual, pois cada mônada é uma multiplicidade virtual, produtora de uma unidade especial que formata não somente um mundo atual, mas também um mundo possível, um mundo virtual. As próprias mônadas, na concepção tardiana, produzem sua própria temporalidade e o seu próprio espaço, diferenciado pela existência de um tempo e de um espaço universais, tal como ocorria na teoria de Leibniz. Na teoria leibniziana, elas eram singulares e fechadas em si mesmas, necessitando de Deus para garantir a existência de uma comunicação entre elas. No entanto, a partir da neomonadologia, Tarde concebe um universo de mônadas, onde Deus não tem mais lugar, deixando a elas a tarefa de se relacionarem, devido à sua abertura constitutiva.

O capitalismo contemporâneo detém a sua principal força na ancoragem perante o modo de pensar dos sujeitos. Na sociedade disciplinar, se observa a estimulação e a expropriação das mão-de-obras dos sujeitos, através de uma organização de coerção e normatização dos corpos (comportamentos). Todo este empenho se baseava no lucro, derivado no custo da mão-de-obra, na indústria e com os itens materiais necessários para a produção do objeto. Logo, o importante era o saldo positivo entre os custos para a confecção do produto e o valor de venda. No entanto, o sistema produtivo, baseado na empresa, não cria o objeto e nem tampouco o sujeito, trabalhador ou consumidor, mas o mundo aonde o sujeito existe (Lazzarato, 2006). Este sistema produtivo está atrelado às sociedades de controle e à noção de público. A empresa visa o controle das mentes,

através das tecnologias informacionais e de rede. Ela sustenta a lógica do capitalismo atual, fundamentado no controle a distância, em que o marketing se torna grande ferramenta de controle e de sedução desse público por vir. A objetividade, a realidade e o mundo das empresas se entrecruzam nas relações entre a empresa, os trabalhadores e os consumidores entre si.

Na filosofia de Leibniz, as mônadas são submetidas a uma dupla condição: de fechamento e de seleção. Isso implica que todo fenômeno é nebuloso, sem um contato nítido entre a multidão de agentes. As mônadas não tem pontos de contatos entre si, não se comunicam diretamente entre si. No entanto, com a neomonadologia as mônadas se tocam, se entrecruzam, pelo controle a distância, sofrido e mantido pela figura do público (Lazzarato, 2006).

O capitalismo continua com a sua função de produção econômica, porém detém outra função, anterior a esta, na expressão e na efetuação dos mundos e das subjetividades nelas inseridas. Os processos de subjetivação ou de semiotização não são centrados nem em agentes individuais (tais como instâncias egoicas, microssociais ou intrapsíquicas), nem em agentes grupais.

Ligado ao funcionamento do capitalismo atual, o consumo é um modo de se atrelar a um mundo exposto pelos veículos midiáticos em que se realiza um convite a partilhar de uma determinada maneira de se vestir, de ter um corpo, de se alimentar e assim por diante. Logo, a relação entre estes meios e o veículo não é descrita por uma relação ideológica, em que haveria um conjunto de ideias para ocultar os interesses sociais de uma classe particular.

A empresa neutraliza o acontecimento, reduzindo a criação de possíveis a mera reprodução e efetuação de jogos binários. Assim, a sociedade de controle se caracteriza por uma multiplicação de ofertas de mundos banais, lisos e individuais. Logo, a construção de mundo é orientada para o ato de escolhas de alternativas já estabelecidas por especialistas de diversas áreas do conhecimento ou de autores (na arte e da literatura), constituindo uma sensação de impotência e de aborrecimento (Lazzarato, 2006).

A dinâmica do acontecimento é capturada, na empresa, pela publicidade sobre as maneiras de sentir para instigar maneiras de viver. Deste modo, a empresa e o marketing operam transformações incorporais. Atualmente, eles se atrelam ao tema relativo ao corpo, apresentando e sustentando os modos do sujeito se relacionar com o corpo, organizados a partir do imperativo da saúde, pelo viés de um modo consumista de se portar frente a tal questão. Assim, as palavras sustentadas pelas tecnologias informacionais e de rede sobre o tema do corpo, apresentam-no sob a lógica da saúde e do consumo, para direcionar os possíveis posicionamentos do público sobre o tema.

O marketing se apresenta por meio de mercadorias e serviços, interferindo na produção de subjetividade. Ele indica formas de obtenção da felicidade ou de cuidado do corpo pela via do consumo de procedimentos e de tratamentos de saúde e de beleza (Lazzarato, 2006).

As publicidades são mundos fechados e totalitários, já que destroem ou excluem outros mundos possíveis. Nesta ação, tenta organizar os públicos perante a ideia projetada anteriormente, enclausurando os corpos e tornando as virtualidades como

elementos irrealis, sem constância. Retomando, um ato com uma determinada finalidade, mesmo que não alcance a sua meta. Devemos observar o funcionamento da publicidade, já que vivemos em uma multiplicidade de mundos que são deturpados pelo maquinário midiático. O acontecimento publicitário necessita de uma captura do processo criativo e da criação de um mundo, dos trabalhadores e dos consumidores, pois estes últimos não existem *a priori* do próprio acontecimento.

Na contemporaneidade, podemos observar que os mundos possíveis, veiculados pela mídia, em sua relação com a ideia de felicidade (bem-estar subjetivo) estão atrelados às noções de saúde e de consumo. Neste movimento, o sujeito possui um direito e o dever de ser feliz, reproduzindo modos pré-concebidos de ação. No entanto, gostaríamos de indicar com este artigo a necessidade do exercício do pensamento crítico sobre as vicissitudes dessas relações entre felicidade, saúde e corpo para ponderarmos sobre outros modos de relações não sigam apenas as palavras de ordem midiáticas.

Recebido em: abril 2013

Aprovado em: maio 2013

### Referências Bibliográficas

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 1988.

Deleuze, G. (1974). *Lógica do Sentido*. São Paulo, Perspectiva, Ed. da Universidade de São Paulo.

Deleuze, G. (1996). *Conversações*. São Paulo. Editora 34.

Foucault, M. (1985). *História da sexualidade 2, o uso dos prazeres*. RJ: Graal.

Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Graal.

Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*, curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. SP: Martins Fontes.

Foucault, M. (2010). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Lazzarato, M. (2006). *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Lipovestky, G. (2007). *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Locke, D. (1997). *Ensaio acerca do Entendimento Humano* (coleção Os Pensadores). SP: Nova Cultural (original publicado em 1690).

McMahon, D. (2006). *Felicidade: uma história*. São Paulo: Globo.

Tarde, G.. (1992). *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes.

Tarde, G.. (2007). *Monadologia e sociologia e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify.